

### VIOLÊNCIA DE GÊNERO

# Mulheres cobram mais acesso a políticas públicas

Entrevistadas relatam ao **Correio** que não sabem como pedir ajuda, apesar de o GDF oferecer programas e projetos de apoio e de proteção. Especialistas apontam maneiras de tornar as medidas mais eficazes

» LETÍCIA GUEDES

Mais conscientização em espaços públicos acerca da violência contra a mulher, fomento à independência financeira àquelas que estão em situação de vulnerabilidade, ampliação de vagões exclusivos e profissionais capacitados para atender e orientar vítimas de abuso.

Esses são alguns dos desejos daquelas que ainda são vítimas da misoginia diariamente. Ao **Correio**, o Governo do Distrito Federal (GDF) destacou que trabalha o tema de forma interseccional. Especialistas na área, no entanto, sinalizaram que ainda faltam políticas públicas na capital do país.

Segundo o GDF, no âmbito da violência de gênero, as políticas estatais em vigor funcionam, principalmente, por meio da Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (Sejus-DF), da Secretaria de Estado da Mulher e da Defensoria Pública do DF (DPPDF) — **confira quadro abaixo**.

Ao avaliar as iniciativas locais, Lisandra Arantes, advogada especialista na atuação com a perspectiva de gênero e defesa de mulheres, declarou não ser possível afirmar que as políticas são suficientes, uma vez que o número de ocorrências são contraditórios. A especialista analisou que, para além de haver equipamentos públicos, é preciso que as estruturas abranjam os territórios periféricos.

#### Refém do medo

A operadora de cobrança Dynoélia Cristina Damasceno, 26 anos, sentiu na pele a dor da violência contra a mulher — viu sua tia, de 23 anos, ser vítima de feminicídio em Santa Maria, onde mora. Desde então, vive assombrada pelas marcas de ver alguém que amava ser morta simplesmente por ser mulher. A época, a tia foi estuprada e teve a garganta cortada por um vizinho que residia no mesmo lote em que ela morava.

Perguntada sobre as políticas públicas implementadas ao



longo de 13 anos depois do crime, Dynoélia considerou o cenário ainda pior. “A segurança é precária. O homem que fez isso com a minha tia foi preso somente seis anos depois do crime. Eu fui a única a ver o corpo e nunca tive acompanhamento psicológico.”

Isabel Freitas, assessora do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), apontou que a violência contra a mulher é um fenômeno social antigo. “Está alicerçada numa ideia de desigualdade. É preciso combater, em totalidade, a estrutura que promove e calcifica a ideia de que a mulher é inferior e de que mulheres negras, indígenas, trabalhadoras rurais e da periferia são mais inferiores.”

Simone Oliveira, 35, auxiliar de pedagogia, mora no Entorno do DF, mas trabalha no centro da capital. Todos os dias, passa cerca de quatro horas no transporte público, faz trajetos a pé e circula, sozinha, por lugares

de alta aglomeração. “Somos observadas o tempo todo pelos homens e, no transporte público, por exemplo, os motoristas e cobradores não têm treinamento para nos ajudar, apenas ignoram, a partir daí, nos sentimos desencorajadas a pedir ajuda”, reclamou.

Quando ouviu da reportagem as iniciativas existentes no DF, declarou conhecer apenas a Lei Maria da Penha. “Não adianta criar medidas e não tirar do papel, não divulgar. Não adianta esperar os feminicídios para oferecer apoio às famílias”, destacou.

Damiana Neto, fundadora da ONG Ação de Mulheres pela Equidade—AME, avaliou que, em termos de estruturas às vítimas de violência, há locais formais constituídos para prestar apoio, mas ressaltou que há muito para discutir. “Para quem é essa rede de proteção e onde está localizada? Os profissionais estão capacitados ou replicam violências? É fácil acessar os serviços?”

#### Todas as facetas

Mulher e mãe de duas adolescentes, a empresária Fabiana Bonfim, 44 anos, mora há 15 no Sudoeste e sente-se insegura vivendo no Distrito Federal. Ela reclamou, sobretudo, da falta de políticas públicas voltadas ao transporte seguro para mulheres. Apressada, não queria conceder entrevista porque estava indo buscar uma de suas filhas na escola. “Todos os dias são assim. Não deixo elas irem sozinhas no transporte público, porque tenho receio. Se fossem meninos, eu até me sentiria mais tranquila. Como também não tenho coragem de deixar que viajem sozinhas em carros de aplicativo”, comentou.

Fabiana acredita, também, que faltam divulgações acerca das medidas já existentes. “Vejo ou outra vejo algumas propagandas na televisão, mas acho que não alcançam todas as mulheres.” Para ela, o cenário ideal ainda é um sonho distante.

Letícia Guedes CB DA Press



**Dynoélia Cristina perdeu a tia para o feminicídio**



**Fabiana Bonfim acredita que falta divulgação das políticas**



**Simone Oliveira diz que o apoio deve chegar antes da violência**



**Karen Dias afirma que é preciso trabalhar na prevenção**

A assessora do Cfemea Isabel Freitas destacou que a atuação frente ao problema deve ser integrada, envolvendo saúde pública e fomento a independência econômica. “As vítimas atendidas pelo Cfemea na Cidade Estrutural alegam que os programas de geração de renda não são suficientes para gerar autonomia às mulheres periféricas.”

“Quando a violência chega à delegacia, atesta-se que o Estado fracassou, por não conseguir criar mecanismos de enfrentar a questão no cotidiano. É preciso conectar as políticas públicas. Brasília é uma cidade altamente desigual. A violência precisa ser enfrentada em conjunto, com responsabilidade”, disse Isabel.

#### Além do enfrentamento

A fisioterapeuta Karen Dias, 42 anos, é moradora da Octogonal, mas trabalha no Setor Hospitalar Sul. Ela acredita que somente as políticas de enfrentamento não

são suficientes e avalia que falta um trabalho focado na prevenção. “Iniciativas pensando na segurança antes do crime ocorrer melhorariam os índices de feminicídio, que aumentam a cada dia.”

Para Leila Brant, gestora do Instituto de Desenvolvimento Humano Umanizzare, é essencial investir em educação. “Isso inclui a inserção de temas sobre igualdade de gênero nas escolas, a promoção de capacitações em empresas e comunidades, entre outros.”

Adalgiza Maria Aguiar, promotora de Justiça e coordenadora do Núcleo de Gênero do Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT), percebe avanços, mas, para ela, há necessidade de ampliação e aperfeiçoamento nas políticas para que, após a ajuda, as vítimas não sofram novamente.

“O MP atua na conscientização para além do mês de março, fazendo refletir as raízes da violência e motivações culturais”, apontou.

#### Políticas públicas para elas

##### Sejus-DF

» Programa Direito Delas — atendimento social, psicológico e jurídico às vítimas diretas e familiares. Oferece capacitação profissional e fomento ao empreendedorismo, para promover autonomia e independência. Conta com 11 núcleos de atendimentos: Brasília, Ceilândia, Estrutural, Gama, Guará, Itapoá, Paranoá, Planaltina, Recanto das Emas, Samambaia e São Sebastião. Há um número que funciona 24h para acolhimento: (61) 98382-0130.

» Nasce uma Estrela — curso gratuito para gestantes e mães de recém-nascidos, com orientações sobre cuidados com o bebê, amamentação e bem-estar no pós-parto; e Protagonista da Casa — curso prático voltado para diaristas, empregadas domésticas e donas de casa que ensina técnicas de organização e limpeza,

contribuindo para o aumento da renda. Os ensinamentos são oferecidos nas edições do GDF Mais Perto do Cidadão, que ocorre duas vezes por mês por diversas regiões administrativas. Basta acessar o site da Sejus-DF para conferir as datas e locais de cada edição.

##### Secretaria da Mulher

» Acolher Eles e Elas — beneficia crianças e adolescentes órfãos de vítimas de feminicídio com o benefício de um salário mínimo e atendimentos psicossociais. As famílias podem entrar em contato pelos telefones (61) 3330-3118 e (61) 3330-3105.

» Aluguel Social para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica — o benefício de R\$ 600 mensais é concedido inicialmente por seis meses, com possibilidade de prorrogação. Informações: 3330-3105.

» Nove Espaços Acolher — Plano Piloto, Brazlândia, Gama, Paranoá, Planaltina, Santa Maria, Sobradinho, Samambaia, Ceilândia.

» Uma Casa Abrigo (Entrada mediante encaminhamento da delegacia)

» Uma Casa da Mulher Brasileira em Ceilândia e outras quatro unidades em construção. Número para acolhimento e triagem: (61) 3371-2637.

» Três Centros Especializados de Atendimento às Mulheres (CEAMs) — 102 SUL (PLANO PILOTO), CEAM – II – PLANALTINA e CEAM IV. Os endereços estão disponíveis no site da pasta e podem ser acessados 24h, sem necessidade de agendamento

» Seis Comitês de Proteção à Mulher (Itapoá, Ceilândia, Lago Norte, Estrutural, Sobradinho e

Águas Claras). Os endereços estão disponíveis no site da Secretaria da Mulher e podem ser acessados 24h, sem necessidade de agendamento.

» Programa Movimento — facilita o acesso das mulheres a serviços públicos voltados ao empreendedorismo, promovendo a autonomia econômica. Veja mais informações no site da Secretaria da Mulher.

» ACTs — a SMDF também formaliza Acordos de Cooperação Técnicas com o governo federal e órgãos do Judiciário e do Legislativo para fortalecer a política de enfrentamento à violência contra as mulheres. O acordo determina que as vagas incluam mulheres trans, travestis, quilombolas, indígenas, refugiadas e outras possibilidades do gênero feminino. Atualmente, a pasta tem parceria com 11 ACTs, com 17 órgãos, com 230 mulheres

empregadas em locais como STJ, Senado Federal e Câmara Legislativa do DF.

##### Defensoria Pública:

» Projeto Dia da Mulher — oferece serviços em rede para atender às mulheres em situação de vulnerabilidade. Realizado toda primeira segunda-feira do mês, das 8h às 17h, no Setor Comercial Norte, Quadra 1, Edifício Rossi Esplanada Business (Nuclão), próximo ao Hospital Regional da Asa Norte (Hran).

» Núcleo de Assistência Jurídica de Promoção e Defesa das Mulheres (Nudem) — promove a defesa dos interesses das mulheres, especialmente as vítimas de violência de gênero. O núcleo também atua na assistência jurídica individual das vítimas de violência doméstica. Contato pelos telefones (61) 3465-8200 ou (61) 9 8272-5123

» Central de Relacionamento com os Cidadãos da DPPDF (CRC/DPDF) — possui um ramal exclusivo para o atendimento e o acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica. Não se trata de um canal de denúncia, mas de escuta dessas mulheres. Os atendimentos são realizados por servidoras capacitadas para acolher as vítimas da melhor forma possível. A ligação é gratuita, basta ligar 129 - dígito 2.

» Projeto Volte a Sorrir — promove o tratamento e o acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica que sofreram danos bucais, restaurando a autoestima e a dignidade delas. As instituições recebem e acolhem as mulheres por meio da Subsecretaria de Atividade Psicossocial (Suap). Os telefones de contato são: (61) 2196-4468 ou (61) 2196-4507